

PROBLEMATIZANDO OS GÊNEROS E AS SEXUALIDADES ATRAVÉS DA LITERATURA INFANTIL

Thuinie Medeiros Vilela Daros
thuinie@hotmail.com

Mestranda em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná/UNIOESTE. Especialista em Educação e Graduada em Pedagogia pela mesma instituição. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Práticas Educativas - Mediar/UNIOESTE. Docente do colegiado de Pedagogia da Faculdade União das Américas/UNIAMÉRICA.

Resumo: Este trabalho trata de tecer considerações sobre as representações construídas pelo ideário social acerca das relações de gêneros e as sexualidades com o intuito de serem debatidas no contexto escolar, apresentando a literatura infantil como um recurso pedagógico que pode contribuir para desmistificar os pré-conceitos historicamente estabelecidos no meio social. Defende-se que o espaço escolar, enquanto lócus das práticas pedagógicas constituidoras dos mecanismos que criam e recriam as formas diversas das relações de poder, necessitam debater sobre as relações de gênero e sexualidade junto às crianças, sobretudo, calcados no princípio de que os corpos são significados na e pela cultura. Para viabilização deste trabalho, partiu-se de uma investigação de cunho bibliográfico, ancorados nas publicações de Auad (2006), Biagio (2005), Ferrari, (2006), Louro, (2007) Ribeiro (2006) Scott (1995), Vianna e Unbehaun (2006) e Leontiev (2004).

Palavras-chave: Gêneros; Sexualidade; Literatura infantil;

Problematizing gender and sexuality through children's literature

Abstract: This paper comes to weave some considerations on the representations constructed by social ideas about gender relations and sexuality in order for them to be debated in scholastic contexts. Presenting children's literature as an educational resource may help us to demystify preconceptions which have been historically established in the social environment. It is defended that the school environment – as the locus of pedagogical practices which constitute mechanisms that create and recreate several forms of power relations – need to problematize gender relations and sexuality with children, especially based on the principle that bodies signify in and through culture. It was conducted a bibliographic research based on the publications of Auad (2006), Biagio (2005), Ferrari (2006), Louro (2007), Scott (1995), Vianna and Unbehaun (2006) and Leontiev (2004).

Keywords : Gender; Sexuality; children's literature;

Introdução

O presente texto, fruto de uma investigação bibliográfica, ancorado nas publicações de Auad (2006), Biagio (2005), Ferrari (2006), Louro (2007) Scott (1995), Vianna e Unbehaun (2006), além dos estudos de Leontiev (2004), tem como intuito fomentar as discussões e reflexões relativas às questões de gênero e sexualidade nas práticas escolares na Educação Básica pensadas, aqui, como construções culturais, sociais e políticas.

Os argumentos defendidos fundamentam-se em posicionamentos que utilizam o conceito de gênero como uma construção sócio-histórica das distinções ou diferenciações baseadas no sexo, fator que, desde muito cedo, condiciona as crianças

a agirem como menino/homem ou menina/mulher a qual estão impregnados pelos significados culturais construídos na sociedade.

Neste sentido, mediante a uma padronização dos comportamentos que são estimulados ou podados de acordo com o gênero, pode-se afirmar que durante o processo de humanização, os sujeitos aprendem com outros membros mais experientes (pai, mãe, colegas, etc.) a ser homem ou mulher, tornando-os adequados ou inadequados em determinados contextos.

É importante considerar que essas relações construídas socialmente, do mesmo modo que podem ocorrer de modo saudável, respeitoso, podem ainda, desenvolver-se com base numa superioridade entre as diferenças, conseqüentemente, legitimando preconceitos decorrentes da heterossexualidade normativa, da divisão sexual do trabalho, da rigidez de estereótipos de gênero e das hierarquias generalizadas de poder, atingindo pessoas e grupos que ocupam os mesmos espaços sociais.

A escola, como um desses espaços sociais, embora seja considerada *lócus* de convivência sociocultural, respeito e valorização da diversidade, organizada com o propósito de ensinar/aprender a condição humana, tem assumido um lugar de legitimação e perpetuação dos preconceitos de gênero, sexo, etnia, etc. tornando necessário repensarmos as práticas ali desenvolvidas de modo que, em seu percurso, sejam viabilizadas condições de problematização da temática proposta.

Para tanto, este texto trata de ampliar as possibilidades do trabalho pedagógico para serem desenvolvidas com grupos de crianças com idades entre 4 a 10 anos, ou até mais, tendo como principal recurso pedagógico as obras de literatura infanto-juvenil. A utilização das obras de literatura infanto-juvenil como um recurso pedagógico possibilita que professores possam desmistificar as concepções historicamente construídas no meio social aos quais as crianças estão inseridas.

Espera-se que, ao trazer essa discussão para o âmbito escolar, auxiliem-se os profissionais da educação para a construção de uma visão mais humana e emancipatória das relações de gênero e das sexualidades. Compreende-se que estes processos permitirão que meninas e meninos vivam e se expressem de forma plena, sem imposições de normas e regras que favoreçam a dominação masculina ou feminina, proporcionando às crianças chances iguais para o desenvolvimento do potencial artístico, esportivo e de liderança, consolidando, na escola, um espaço de socialização, discussão e questionamento acerca dos gêneros e da sexualidade e não de proibição ou reprodução destas relações.

1. As sexualidades, os gêneros e a literatura infantil

O tema sexualidade e gêneros atualmente têm sido amplamente abordados pelos instrumentos midiáticos, documentos oficiais, tanto para o âmbito escolar, quanto em programas de formação docente, no entanto, apesar da aparente abertura acerca da discussão da presente temática, muitos valores, preconceitos e tabus ainda são fortemente envolvidos no debate.

Durante um levantamento das publicações dos documentos legais que tratam da inserção da perspectiva de sexualidade e gênero no campo da educação, pode-se perceber que a Constituição Federal de 1988, os Parâmetros Curriculares Nacionais de 1997 e também os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil de 1998, além das publicações e divulgações de resultados de pesquisas brasileiras, elencam essas discussões com o intuito de auxiliar os docentes em sua prática pedagógica.

No entanto, embora seja notório o grande avanço dessa problemática no âmbito das políticas educacionais, de acordo com Vianna e Unbehaun (2006) "(...) essas políticas não são devidamente efetivadas pelo Estado". (VIANNA e UNBEHAUN, 2006, p. 407). Para os autores, isso ocorre em grande parte, devido à dificuldade em conversar sobre o assunto que se encontram tanto na esfera privada, quanto no âmbito escolar e social, pois a sexualidade é tratada quase sempre de forma proibitiva, pecaminosa, suja e imoral.

Percebe-se que pais e educadores, quando se deparam com as primeiras manifestações sexuais da criança, assumem o papel de repressores e controladores do comportamento sexual infantil, dissimulando, escondendo, proibindo e omitindo as curiosidades naturais. Essas manifestações acabam sendo explicadas para as crianças de modo distorcido ou por meio de inverdades; e, mediante a ausência de respostas, alguns mitos podem ir se transfigurando em verdades.

Desse modo, as famílias, ao enfrentarem problemas em assumir a educação sexual dos filhos, delegam esta tarefa para as escolas e seus professores, que igualmente encontram vários obstáculos e resistência para problematizarem a sexualidade e os gêneros de modo apropriado, saudável e significativo. O inverso também acontece: as famílias, preocupadas com uma educação "aberta", organizada pelas escolas, acabam interferindo e inibindo as ações educativas via proibições, interferências e até processos judiciais como tem ocorrido atualmente.

Frente ao desconforto gerado por tais situações, pais e educadores adotam uma postura omissa, negando à criança a possibilidade da compreensão sobre a sua sexualidade. Acredita-se que estas atitudes estão intimamente relacionadas à concepção que se tem sobre a criança, que não a compreende em suas singularidades.

Em relação ao que é a criança, concorda-se com Benjamim (2002) que:

(...) não é miniatura do cosmo adulto, bem ao contrário, um ser humano de pouca idade que constrói seu universo capaz de incluir e lançar, pureza e ingenuidade sem eliminar, todavia a agressividade, perversidade, resistência, humor, vontade de domínio e de mando. (Benjamin apud Quinteiro 2002, p. 02)

É relevante considerar que durante o processo de apropriação dos conhecimentos produzidos por gerações anteriores, se faz necessário criar um espaço onde as crianças encontrem respostas para as suas indagações, pois elas necessitam encontrar e compreender seu espaço no mundo. Perguntas que envolvem diretamente ou não a sexualidade, realizadas pelas crianças - como: de onde viemos? Como nascemos? Como fomos para dentro da barriga? O que é "gay"? Por que não podemos brincar de boneca ou de carrinho? - são questionamentos emergentes da própria importância de entender seu lugar no meio onde vive, seu papel e sua identidade tanto na família quanto na sociedade.

Desse modo, a educação formal e básica tem sido desafiada constantemente, uma vez que a ela delega-se a responsabilidade no processo de apropriação das habilidades humanas. Processo no qual o sentido da totalidade integra a transmissão e construção de vários conhecimentos, entre eles das sexualidades humanas.

Trabalhar com conceitos, noções, construções e desconstruções¹ que foram historicamente engendradas e legitimadas pela sociedade leva tempo, demanda estratégias e conhecimento científico, gerando a necessidade de um trabalho coletivo, planejado e intencional que envolve não apenas constar nas orientações ou legislações oficiais, mas, sobretudo, uma aproximação da escola e todos que participam dela. De acordo com Auaud:

¹ A palavra desconstrução deve ser compreendida no sentido que Derrida afirma "(...) é desordenar, pôr em questão, perturbar os termos fundadores do discurso que produz uma relação binária entre uma identidade escolhida como superior e outra/s selecionadas para ocupar um lugar subalterno, de menor valor. (DERRIDA apud LOURO, 1997 p.77)

A escola, para que haja aprendizado, interfere nas hipóteses das crianças sobre os conhecimentos matemáticos, científicos e lingüísticos. Da mesma maneira, há de se intervir nos conhecimentos relativos às relações de gênero, às relações étnico-raciais, geracionais e de classe, para que as discriminações e desigualdades acabem. (AUAD, 2006, p. 86)

A palavra gênero, segundo Scott (1995) foi apresentada, inicialmente, por membros do movimento feminista como uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como "sexo" ou "diferença sexual". A partir da categoria gênero compreende-se que a mulher ou o homem não estão submetidos pela sua natureza biológica, mas pelo resultado de uma relação social construída historicamente. Para Scott (1995):

Por gênero me refiro ao discurso da diferença dos sexos. Ele não se relaciona simplesmente às ideias, mas também às instituições, às estruturas, às práticas cotidianas, como os rituais, e tudo o que constitui as relações sociais. (...). Segue então, que gênero é a organização social da diferença sexual. Ele não reflete a realidade biológica primeira, mas ele constrói o sentido desta realidade. A diferença sexual não é causa originária da qual a organização social poderia derivar: ele é antes, uma estrutura social móvel que deve ser analisada nos seus diferentes contextos históricos. (SCOTT, 1995, p.15)

De acordo com as ideias expressas pelo autor, os comportamentos tipicamente feminino e masculino não são naturais e determinados biologicamente. Meninas que demonstram delicadeza ou meninos que são mais agressivos são resultados do modo como as relações de gênero foram estabelecidas na nossa sociedade. Desse modo, criam-se os conceitos de que os meninos gostam mais do azul, são bagunceiros, desorganizados, porém mais objetivos e racionais, são melhores nos cálculos e fazem sucesso nos esportes. Por outro lado, as meninas preferem o rosa, são organizadas e mais sensíveis. Demonstram comportamento mais disciplinado e se destacam nos estudos de linguagem. Exaltam ainda, que "(...) o menino é mais esperto, mais corajoso, forte como o papai! , ao contrário de que a menina é mais obediente, mais sensível e comportada, 'Boazinha como a mãe! '." (RIBEIRO, 1990, p.11).

Observa-se, então, que as manifestações das sexualidades têm sido alvo de permanente controle por parte da família, mas também da escola e de outros aparatos culturais, incluindo os livros didáticos, conforme demonstrado pelos exemplos trazidos por Suplicy (1990):

Meninos de pré-escola que apresentam comportamento feminino, ou que só gostam de brincar com as meninas, devem ser incentivados de maneira gentil, mas firme a participar das atividades tipicamente masculinas. Os meninos que apresentam trejeitos femininos muito acentuados, além das atitudes tomadas pela escola, devem ser encaminhados para tratamento psicológico. (SUPLICY, 1990, p.77)

Deste modo, os próprios professores concebem para si a responsabilidade de atuarem como controladores das manifestações das sexualidades infantis, com o intuito de moldarem os comportamentos que consideram mais apropriados para meninos e meninas que acabam por reproduzirem aquilo que ouvem ou vêem em relação às concepções de gênero:

(...) Elas aprendem desde cedo, por exemplo, que rosa é cor de menina e azul é cor de menino. Daí acontece muitas vezes, do menino não querer pintar com lápis de cor de rosa porque isso é coisa de menina. E se ele quer brincar na casinha com as bonecas ou com as panelinhas as próprias meninas se sentem incomodadas. (BIAGIO, 2005, p.34).

A autora Biagio (2005) indaga: Quantas vezes você já não ouviu, disse ou pensou umas destas frases? (BIAGIO, 2005, p. 33). Essas diferenças são engendradas nas crianças pouco a pouco por diversos mecanismos que envolvem suas interações com os adultos, com as outras crianças, além da televisão, do cinema, nas músicas, etc.

A demarcação do que cabe aos meninos ou às meninas se inicia bem cedo e ocorre pela materialidade e também pela subjetividade, pois em relação à natureza social do homem, Marx afirma que:

(...) todas as suas relações com o mundo, a visão, a audição, o olfato, o tato o pensamento, a contemplação, o sentimento, a vontade, a atividade, o amor, em resumo, todos os órgãos da sua individualidade, que na sua forma, são imediatamente órgãos sociais, são no seu comportamento objetivo ou na sua relação com o objeto a apropriação deste, a apropriação da realidade humana. (MARX apud LEONTIEV 2004, p.286)

A criança reflete o que o adulto e a sociedade pensam de si mesmos e esse reflexo construído paulatinamente, via relações sociais, vão se tornando a realidade da criança que passa a compartilhar da mesma visão de mundo. Nesse caso, estabelecem, historicamente, no âmbito social, uma distinção das ações, gestos, papéis, comportamentos e atribuições de cada gênero. Ferrari destaca que:

(...) o fator social é importante na apropriação do conhecimento dos indivíduos, isto é, nas relações que estabelece durante sua vida, internaliza os elementos de sua cultura construindo seu universo intrapsicológico a partir do mundo externo. (FERRARI, 2006, p. 18).

As representações construídas também legitimam as desigualdades entre homens e mulheres, em que são definidos os papéis sociais específicos numa relação de submissão, acarretando uma problemática: Como desconstruir tais concepções se elas partem não somente do masculino, mas também são legitimadas pelo feminino? Como homens e mulheres podem combater as relações de submissão e se afirmarem numa relação igualitária? Como desconstruir os estereótipos sociais no processo educativo? Como lidar com os preconceitos manifestados sobre as sexualidades dos sujeitos que se encontram “fora dos padrões” almejados?

Em face das questões acima expostas, e centrando atentamente nosso olhar sobre a educação de crianças, percebe-se que a atividade educativa destinada a este público prescinde também de intervenções pedagógicas intencionalmente provocadas. De acordo com os PCNs - Pluralidade cultural e Orientação Sexual: “[...] A discussão sobre relações de gêneros tem como objetivo combater as relações autoritárias, questionar a rigidez dos padrões de conduta estabelecidos para homens e mulheres e apontar para a sua transformação”. (PCN, 1997, p.144).

Desse modo, entende-se que o aprendizado ocorre por meio das relações e interações com o meio que a circunda. Assim, a ação educativa deve envolver uma intervenção que tenha por base: a compreensão do processo de aprendizado da criança, as interações e vivências realizadas por ela, a organização de um ambiente/espço da e para a criança, promovendo um processo pedagógico intencional que estimule a máxima apropriação das habilidades humanas.

Sendo a educação uma característica específica da sociedade humana e considerando também que o homem não é um sujeito acabado, mas sim um ser em constante processo de desenvolvimento e transformação, resultado de um processo histórico que não é linear, cujo fim não está estabelecido, reconhece-se que a atuação do educador no processo não é apenas restrita à condição de quem ensina, mas também de quem aprende.

Por isso, compreender e refletir sobre a temática exige que professores estudem e conheçam a construção do gênero na infância no âmbito escolar, de modo que estejam preparados para lidar com o assunto, pois as pessoas que estão envolvidas no processo educativo estão imbuídas por uma visão de mundo que sustenta sua

maneira de estar neste mundo, o que se reflete nas relações entre homens, mulheres, meninos e meninas de acordo com as expectativas esperadas.

Ressalta-se que o tema sexualidades e gênero não é algo para ser tratado somente com crianças maiores. As crianças pequenas também devem ser envolvidas nestas discussões. Para maior aprofundamento, sugere-se o artigo de Jane Felipe (1999) intitulado *Construindo identidades sexuais na Educação Infantil*, no qual a autora apresenta reflexões de cunho teórico-prático especificamente para a faixa etária de 0 a 6 anos.

Além disso, a obra de Claudia Ribeiro (1996) e de Constantina Xavier (2000) trazem contribuições acerca da necessidade de se compreender reflexivamente a constituição das relações de gênero e das sexualidades, para que se possa ampliar o leque de possibilidades da criança no decorrer da construção de sua identidade, desmitificando estereótipos e desconstruindo preconceitos, sobretudo em contextos escolarizados.

A literatura infantil aparece como um instrumento de mediação e problematização das relações de gêneros e sexualidades construídas pelo imaginário social, para que, após a leitura das obras, crianças e adultos possam discutir as temáticas, estabelecendo relações entre os personagens e suas histórias fictícias com situações reais do cotidiano, constituindo uma atmosfera de liberdade de representação das ideias e valores dos sujeitos envolvidos de modo que os professores ultrapassem os papéis de meros transmissores/as de informação e atuem como produtores culturais profundamente implicados/as nas questões públicas educacionais e sociais, pois, conforme apresentado por Abramovitch (1989):

É ouvindo histórias que se pode sentir (também) emoções importantes, como a tristeza, a raiva, a irritação, o bem-estar, o medo, a alegria, o pavor, a insegurança, a tranquilidade, e tantas outras mais, e viver profundamente tudo o que as narrativas provocam em quem as ouve - com toda amplitude, significância e verdade que cada uma delas faz (ou não) brotar... Pois é ouvir, sentir e enxergar com os olhos do imaginário. (ABRAMOVITCH, 1989, p.17)

Ao contar as histórias, apresentar os personagens, trazer as tramas vividas, quase que numa aparente neutralidade, em práticas mediadas pelo docente, acaba-se por permitir que crianças reflitam, coloquem-se e se manifestem em relação aos seus sentimentos, criando uma abertura para a problematização dessa temática tão necessária atualmente.

É necessário fazer um adendo a respeito do fato de que uma obra literária é um texto portador de uma linguagem específica cujo objetivo é expressar experiências humanas. Representa um processo de comunicação historicamente construído no qual um destinador (adulto) se dirige a um destinatário (criança) com o intuito de expressar, por meio de sua lente única de destinador, a leitura que faz da sociedade e do mundo e, portanto, a literatura infantil é arte, fruto de produção humana.

Não se pode esquecer, ainda, que um livro literário também é um produto de mercado, foi criado, escrito, produzido e editado por um adulto, além disso, quem leva o livro para as crianças são os adultos, ou seja, a criança pequena depende do adulto para fazer a mediação da leitura, e a criança maior, já alfabetizada, precisa do adulto para aproximá-la do livro, seja pelos pais, tios, o professor, ou colegas mais experientes.

Atualmente, a literatura infantil enquanto gênero literário é decorrente de uma trajetória histórica vinculada ao contexto social, que se consolidou e conquistou um espaço próprio e importante. Desse modo, passa a ser compreendida como um universo de simbolizações e significações que se situam numa posição privilegiada de comunicação com a criança por meio de sua linguagem, ilustrações e formatos, transformando-se em um instrumento rico de possibilidades de exploração no contexto escolar.

Um dos aspectos que devem ser destacados é que um livro não se resume às palavras de seu texto escrito, mas todos os aspectos que o compõe: texto, desenhos, ilustrações, projeto gráfico, característica do autor, o momento histórico em que foi produzido, ou seja, são linguagens reunidas numa única obra e devemos ensinar as crianças a observá-las e considerá-las como elementos constituintes de um livro.

Embora neste trabalho não se reduza a função da literatura infantil apenas à condição de recurso pedagógico, chama-se a atenção para esse portador de texto, como um instrumento de mediação e aproximação entre professores-alunos, pais-filhos etc., possibilitando a abordagem de diversas temáticas, entre elas destacam-se os assuntos que envolvem as questões de gênero e da diversidade sexual.

Um acervo considerável e variado tem sido produzido. Esse aumento de produtividade de obras literárias para as crianças brasileiras é percebido na quantidade de títulos publicados anualmente, decorrente de vários fatores no âmbito econômico, político e cultural. Ocorrem principalmente pelo aprimoramento das editoras, pela criação de novas livrarias, pela adoção pelas escolas e pelas compras de

livros por programas do governo, ou seja, as obras de literatura voltadas para o público infantil têm sido cada vez mais acessadas pelos pequenos leitores.

Para tanto, cabe destacar a importância de se ter acesso às formas de textos literários que possam carregar nos seus discursos as representações não binárias e não sexistas, pois, tradicionalmente, a publicação de literatura para o público infantil, de modo geral, apresentam, muitos textos misóginos, contribuindo para a formação e manutenção do *status* de certas identidades e de determinadas formas de ver o mundo e as relações de poder nele vigentes.

Sugere-se, então, a leitura e a discussão de diversas obras literárias, de cunho não sexista que propiciarão diálogos sobre desigualdades de gênero, marcadores sociais de gênero, identidades de gênero, sexualidade, proporcionando, assim, a possibilidade de problematizar os regimes de verdade que governam as crianças e contribuir para uma educação em que as diversidades sejam respeitadas e aceitas como constituintes e legítimas da nossa sociedade plural.

Para auxiliar os professores na busca de obras que trazem em seu conteúdo a questão dos gêneros e sexualidade, segue uma lista com algumas sugestões:

- Cabelinhos nuns lugares engraçados. (Babette Colle)
- O príncipe Cinderelo. (Babette Colle)
- A princesa sabichona. (Babette Colle)
- Mamãe nunca me contou. (Babette Colle)
- Mamãe botou um ovo. (Babette Colle)
- Dois de cada. (Babette Colle)
- O Urso que queria ser pai. (Wolf Erlbruch)
- Ceci tem pipi? (Thierry Lenain)
- Ceci quer um bebê. (Thierry Lenain)
- Os beijinhos de Ceci. (Thierry Lenain)
- Sementinhas de fazer bebês. (Thierry Lenain)
- Chapeuzinho Vermelho: uma aventura borbulhante. (Lynn Roberts)
- Um novo bebê está chegando! Um guia para o irmão e a irmã. (Menendez)
- Como que eu era quando era bebê? (Tony Ross e Jeanne Willis)
- Como mamãe e papai se apaixonaram. (Katharina Grossmann-Hensel)
- Zezinho: a história de um pequeno espermatozóide. (Nicolas Allan)
- Meus dois pais (Walcyr Carrasco)
- Antonio (Hugo Monteiro Ferreira)

É importante considerar que somente a leitura das obras e imagens não garante a reflexão das temáticas propostas pelas crianças, é necessário, sobretudo, que os professores formulem perguntas reflexivas com o intuito de contrapor a realidade vivenciada pelas crianças às questões colocadas pela obra. Quando demonstram interesse por seu corpo e de colegas, bem como apresentam questionamentos sobre a sua identidade - por exemplo, sobre como vieram ao mundo - as crianças devem ser ouvidas e atendidas. Na verdade, é nesses momentos que o profissional deve intervir com propriedade e segurança.

Dependendo da percepção do profissional sobre a necessidade da turma, sugere-se, então, que, após uma contação de histórias, realize-se o levantamento de questões como: O que é ser menino? - O que é ser menina?- Como é o corpo do menino? - Como é o corpo da menina? -Como vocês imaginam que nasceram? - Como nascem os bebês humanos? - Quando meninos e meninas estão sem roupas, que partes do corpo podemos ver? Para a finalização e o registro das atividades realizadas a partir da leitura e problematização da obra literária, podem ser utilizados desenhos, pintura, modelagem, textos e painéis ou outras formas sugeridas pelas crianças.

Entende-se que a descrição das sugestões de obras literárias pode contribuir para o encaminhamento de uma reflexão teórica e prática sobre o tema sexualidade, considerando as dificuldades, os limites e os preconceitos que permeiam essa temática dentro da escola. Todavia, compreende-se que as indicações não são suficientes para erradicar todas as posturas cristalizadas sobre o entendimento de gênero, uma vez que o controle social sobre a ação pedagógica ainda exerce um poder maior. Espera-se que, com essas sugestões, possam ser ampliadas as possibilidades de discussão a respeito desse assunto.

No próximo tópico, tratar-se-á de apresentar uma experiência realizada a partir da obra "Ceci tem pepi?", com diversos grupos de crianças compostos por diferentes faixas etárias que variaram entre 4 a 10 anos.

2. Socializando uma experiência pedagógica com a obra infantil *Ceci tem pipi?*, de Thierry Lenain

A atividade proposta foi iniciada com a leitura da obra infantil "Ceci tem pepi?" (2004), escrito pelo autor Thierry Lenain, ilustrado por Delphine Durand, da editora Companhia das Letrinhas. O conteúdo do livro explora, de modo lúdico e natural, as concepções do menino Max em relação ao comportamento de meninas antes de

conhecer Ceci, isso porque ela demonstrava um comportamento “tipicamente masculino”.

No decorrer da história, as crianças puderam perceber a desconstrução dessas concepções e a descoberta das diferenças e das semelhanças entre meninos e meninas que ocorrem com o personagem Max através de ilustrações coloridas e bem-humoradas.

Após o momento de contação de história, foi iniciada uma conversa sobre as impressões que as crianças tiveram dos personagens, buscando estabelecer relações com os papéis sociais que meninos e meninas representam. Nesse caso, procurou-se enfatizar as situações que ocorrem no ambiente escolar, como as relações estabelecidas nas brincadeiras, nas conversas e as distribuições de papéis nas apresentações, por exemplo.

Assim que as crianças foram inseridas na discussão sobre as relações entre os gêneros, para o segundo momento da atividade foi proposto o *jogo dos papéis sociais*. O jogo consiste em apresentar diversas imagens para que as crianças possam classificá-las segundo o ambiente a que pertencem: masculino, feminino ou manter a neutralidade.

Imagens como da bola de futebol, uniforme militar, carrinho foram classificadas pelas crianças como objetos masculinos, enquanto roupa cor de rosa, boneca e a sapatilha de balé, foram classificadas no ambiente feminino, mesmo sugerindo um local onde os objetos poderiam ser classificados como neutros, nesse caso, presente nos dois ambientes, o feminino e o masculino.

Após a classificação das imagens, foram mostradas outras imagens com o objetivo de contestar as ideias iniciais já construídas pelas crianças e proporcionar a reflexão e inicialização de um novo debate. Para a bola de futebol, mostrou-se a imagem da seleção brasileira de futebol feminino; para a sapatilha de balé, apresentou-se a de um bailarino famoso demonstrando sua força ao levantar a bailarina; para o uniforme militar, mostrou-se a de pilotos de avião da força-aérea americana feminina.

Observou-se que, a partir do novo debate, as crianças compreenderam os objetivos da discussão e conseguiram relacioná-la com as representações praticadas, agora, num contexto maior que a escola, atendendo ao principal objetivo da abordagem: contribuir com a desconstrução de estereótipos que estão presentes no cotidiano das crianças, além de chamar a atenção para os elementos que constituem as relações de gênero e a necessidade de rever posicionamentos marcados por uma

sociedade sexista. Ao propor a atividade, foi possível revelar aspectos importantes sobre as relações de gênero entre as crianças e que ocorrem no interior da escola.

Mediante as manifestações relatadas, ficou evidenciado que elas conhecem as imposições sociais, as quais o tempo todo esperam que sejam meninas e meninos integralmente, e demonstraram claramente o preconceito sofrido pelos atos de transgressão das regras e normas sociais, seja pelos familiares, colegas e profissionais da escola. “Não posso nunca brincar de bola com os meninos que a professora já me chama a atenção, ela diz, parece um molequinho! E os meninos dão risada!” desabafa uma menina de nove anos que ainda complementa “Meu, eu só estou brincando” (sic). Pode-se perceber através das falas descritas que, conforme as idéias de Louro (1997), a identidade de gênero liga-se à identificação histórica e social dos sujeitos, que se reconhecem como femininos ou masculinos.

Ainda, pode-se observar que, mesmo contestadas por outras crianças, especialmente pelas meninas, alguns meninos preferiram apresentar uma posição irredutível frente às discussões, na qual mantiveram as suas concepções manifestadas por frases do tipo, “serviço de casa e cuidados com a família é responsabilidade das mulheres”, “mulher que joga futebol ou é feia ou é lésbica” ou que “é homem que manda sempre porque ele que paga as contas”. Nesse caso, procurou-se argumentar que essas concepções, que parecem individuais, são, na verdade, construídas, fruto das interações que tiveram com seu círculo social e cultural.

A atividade descrita foi realizada com grupos de diversas realidades etárias e, mesmo crianças menores, participaram ativamente das discussões: “Meu pai não me deixa pegar nada na cor rosa.”, afirmou um menino de quatro anos. “Não gosto de boneca, mas minha mãe fala que menina que joga bola parece menino e eu não quero parecer menino!” disse uma menina de seis anos. Numa perspectiva dialógico-comunicativa, cada intervenção das crianças foi novamente levada ao centro das discussões e problematizada novamente.

Para finalizar a atividade, foi proposta uma atividade de registro. As crianças maiores, em duplas, desenvolveram um texto com a finalidade de expressar e ampliar o resultado da discussão. As crianças menores realizaram desenhos expressando os sentimentos em relação às situações que as proibiam de apresentar comportamento considerado de outro gênero.

É importante destacar que essa atividade deve ser realizada continuamente e não apenas uma vez, além disso, é importante que o professor tenha cuidado de não

impor a sua visão de mundo em detrimento do mundo trazido pela criança, mesmo quando esta revele preconceitos. A idéia é levar a refletir e não a impor!

Considerações finais

Neste texto, pretendeu-se chamar a atenção dos professores sobre a necessidade de tecer estratégias para trabalhar as questões de gênero com crianças no âmbito escolar, sugerindo alguns livros de literatura infantil, com conteúdos considerados não sexistas, para que crianças possam ter acesso a novas narrativas que ajudem a tornar seus pensamentos plurais.

Desse modo, a educação formal e básica tem sido desafiada constantemente, uma vez que a ela delega-se a responsabilidade no processo de apropriação das habilidades humanas. Processo no qual o sentido da totalidade integra a transmissão e a construção de vários conhecimentos, entre eles das sexualidades humanas.

A compreensão das identidades de gênero elaboradas pela sociedade e do papel que a linguagem e a literatura infanto-juvenil desempenham nessas lutas contra o domínio e controle da representatividade e legitimação do discurso sexista, machista e conservador, podem contribuir para a superação dos preconceitos, discriminação e intolerância que ocorrem no próprio espaço escolar, com a finalidade de desconstruir os estereótipos que são criados e consolidados nas elaborações que as crianças fazem sobre si, os outros e a cultura, e que contribuem para compor sua identidade de gênero.

Nesse sentido, a intenção pedagógica necessita apontar a construção de uma visão mais humana e emancipatória das relações de gênero de modo que esses processos permitam que meninas e meninos vivam e expressem sua sexualidade, seus talentos de forma plena, sem imposições de normas e regras que favoreçam a dominação masculina, proporcionando a meninos e meninas chances iguais para o desenvolvimento de seu potencial artístico, esportivo e de liderança, consolidando, assim, na escola um espaço de socialização, discussão e questionamento acerca dos gêneros e não de reprodução dessas relações.

Referências

- ABRAMOVITCH, F. *Literatura infantil: gostosuras e bobices*. São Paulo: Scipione, 1989.
- AUAD, D. *Educar meninos e meninas: relações de gênero na escola*. São Paulo: Contexto, 2006.
- BIAGIO, R. *Meninas de azul, meninos de rosa*. Revista Criança: do Professor de Educação Infantil. Brasília, p. 33-7, Setembro. 2005.
- FERRARI, N. *A criança e seu meio*. Revista Maravilhas da Educação. Maravilha-SC, p. 17-8, Ano 3, n. 4, Junho de 2006
- FELIPE, J. *Construindo identidades sexuais na Educação Infantil*. Porto Alegre: Pátio, n. 7, nov.98/jan. 99. p. 56-58.
- LEONTIEV, A.N. *O desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa: Livros Horizonte, 1978
- LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.
- PCN - *Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual*. Brasília: MEC/SEF, 1997
- QUINTEIRO, J. *Infância e Educação no Brasil: Um campo de estudos em construção*. In: FARIA, A. L. G.; DEMARTINI, Z.; PRADO, P. (Orgs.). *Por uma cultura da infância*. 3. ed. Campinas, SP: Autores e Associados, 2009.
- RIBEIRO, C. *A fala da criança sobre sexualidade humana: O dito, o explícito e o oculto*. Lavras, Universidade Federal de Lavras; Campinas, Mercado de Letras, 1996.
- RIBEIRO, M.. *Menino brinca de Boneca: conversando sobre o que é ser menino e menina*. Rio de Janeiro-RJ: Salamandra Consultoria Editorial S. A. ed. 11. 1990.
- SCOTT, J. A. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. In Educação e realidade Porto Alegre: UFGS, 1995.
- SUPLICY, M. *Papai, Mamãe e Eu: O desenvolvimento sexual da criança de zero a dez anos* São Paulo: Editora FTD, 1999.
- VIANNA, C. UNBEHAUN, S. *Gênero na educação Básica: Quem se importa? Uma análise de documentos de políticas públicas no Brasil*. Revista Educação e Sociedade, Campinas, volume 27, n.95, maio/ago. 2006
- XAVIER FILHA, C. *Educação sexual na escola: o dito e o não-dito na relação cotidiana*. Campo Grande: Editora da UFMS, 2000.